



À Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Jataí – GO

Ref.: Recurso Administrativo – Pregão/Concorrência n.º 004/2025

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados, com cessão de mão de obra residente na sede da Câmara Municipal de Jataí, abrangendo um cargo de assistente de relações-públicas e gestor de comunicação.

BRIO SOLUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.862.474/0001-61, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossas Senhorias, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da habilitação da empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, nos termos que seguem:

I – DOS FATOS

A empresa ora recorrente participa do certame em epígrafe, regido pelo Edital n.º 004/2025, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços continuados, com cessão de mão de obra residente na sede da Câmara Municipal de Jataí, abrangendo cargo de assistente de relações públicas e gestor de comunicação.

Durante a fase de habilitação, foi apresentada pela empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA documentação que, segundo entendimento da Comissão de Licitação, seria suficiente para sua habilitação. Contudo, tal decisão mostra-se equivocada, pois desconsidera esclarecimento oficial emitido pela própria Câmara, em resposta a questionamento formulado por uma das licitantes.

Referido esclarecimento, conforme transcrição abaixo, é claro ao restringir os tipos de atestados válidos para comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes:

“Questionamento: Por se tratar de serviço que envolve a gestão de mão de obra, a Câmara irá aceitar atestado de capacidade técnica que demonstre a gestão de mão de obra? Por exemplo, atestado de serviços de limpeza, portaria, recepção, que comprovem a gestão de mão de obra serão válidos para avaliação da capacidade técnica da empresa?

Resposta da Câmara: Não, de acordo com o item 5.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital 004/2025, o atestado técnico deverá comprovar a execução com êxito de objeto pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto licitado.”

Ou seja, ficou expressamente vedada a aceitação de atestados referentes a serviços de limpeza, portaria, recepção, ainda que tais atestados demonstrem a gestão de mão de obra. Entretanto, contrariando esse esclarecimento oficial, a empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA apresentou atestado de capacidade técnica cuja natureza é incompatível com o objeto licitado, justamente por referir-se a serviços de limpeza e portaria, que não atendem aos critérios objetivos estabelecidos no edital.



II – DO DIREITO

Nos termos do art. 14, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a documentação relativa à qualificação técnica deve comprovar o cumprimento de requisitos de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação.

A exigência editalícia contida no item 5.1 do Termo de Referência, aliada ao esclarecimento vinculante emitido pela Comissão de Licitação, estabelece um critério claro e objetivo: não serão aceitos atestados de serviços de limpeza, portaria e recepção como comprovação de capacidade técnica.

Assim, ao admitir a habilitação da empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, a Comissão de Licitação violou os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, previstos na Lei nº 14.133/2021.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo;
2. A desclassificação da empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, por descumprimento do item 5.1 do Termo de Referência e do esclarecimento vinculante emitido pela Comissão;
3. A reavaliação da fase de habilitação, com o prosseguimento regular do certame, observando-se os princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao edital.

Leonardo Oliveira dos Santos
Brio Soluções Ltda